O CRESCIMENTO DOS ÁBATES INSPECIONADOS PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM)

Osni Morinishi Rocha

RESUMO

Considerando a importância da produção pecuária com destaque para aves, bovinos e suínos para a economia municipal, a área técnica de Agricultura da Confederação Nacional de Municípios elaborou o presente artigo com o intuito de avaliar a evolução do número de abates de animais inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal no período compreendido entre 2009 e 2013.

Palavras-chave: Abate de animais. Serviço de Inspeção Municipal. SIM. Município.

Revista Técnica CNM 2015 9

1. INTRODUÇÃO

Primeiramente, vale destacar, para os gestores municipais, o papel fundamental que o Serviço de Inspeção Municipal tem na promoção da sanidade agropecuária e da segurança alimentar. Assim, caberá a este artigo apresentar a evolução dos abates de animais inspecionados nos Municípios pelo Sistema, que atualmente é implantado por todos Entes da federação (Municípios, Estados e União).

Produzir alimentos de qualidade é determinante para o Brasil não somente para garantir a promoção da segurança alimentar e a participação na oferta de alimentos, mas principalmente para atender ao aumento da demanda global por proteína animal e vencer a proteção dos mercados externos através de barreiras sanitárias.

A produção agropecuária tem importante papel na economia, chegando a R\$ 456 bilhões, sendo que a produção pecuária atingiu o valor bruto de R\$ 157 bilhões – um aumento de 17% em comparação a 2012, segundo o Ministério da Agricultura.

O aumento no valor bruto da produção pecuária foi alavancado pela produção de bovinos e frangos, que tiveram, neste ano, um aumento de 11,7% e 11,8%, respectivamente, resultado da elevação na demanda internacional por proteína animal.

Na produção de bovinos, os Estados do Maranhão e de Minas Gerais foram os destaques positivos no crescimento do valor bruto; e o valor da produção de frango apresentou um crescimento de 11,8% puxado pelo Ceará e pelo Distrito Federal.

A produção de suínos nos Estados do Paraná, de Santa Catarina e de Minas Gerais teve uma forte queda no valor bruto de 12%, 21% e 16%, respectivamente. No entanto, o crescimento nacional foi de 1,7%.

As exportações do agronegócio brasileiro do complexo carnes em dezembro de 2013 chegaram a 6,2 milhões de toneladas – durante os últimos 12 meses – equivalendo a um comércio de US\$ 16,8 bilhões na balança comercial brasileira.

Diante desses números, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca a importância do Serviço de Inspeção prestado pelos Municípios para desenvolvimento do meio rural e da pecuária no País, pois essas atividades geram um grande impacto para as receitas municipais a partir do comércio formal da produção animal processada e fiscalizada.

2. O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) é um serviço público criado por lei e que visa a garantir a sanidade dos produtos de origem animal por meio da realização de inspeções sanitárias, além de promover a saúde pública e a segurança alimentar.

O SIM faz a verificação dos alimentos produzidos em estabelecimentos de estocagem ou industrialização de produtos de origem animal, tais como: carne, leite, pescado, ovos, mel e derivados, os quais são processados no Município.

Esse serviço opera como mecanismo de incentivo ao desenvolvimento das cadeias produtivas pela verticalização da produção e promoção do desenvolvimento do comércio formal.

Segundo dados da CNM, em 2012, 32% dos Municípios já haviam instituído o SIM por lei municipal. Contudo, nem todos esses Municípios fizeram a transição para o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), pois em novembro de 2014 verificou-se que apenas 12 Municípios e 2 consórcios públicos de Municípios aderiram ao Sistema do governo federal.

O SIM permite que os produtos inspecionados e produzidos no Município sejam comercializados apenas dentro do seu território, enquanto que o SUASA permite a comercialização para além de suas fronteiras.

Os serviços são responsáveis não apenas pela inspeção do abate dos animais, mas também pela fiscalização do processamento de embutidos, o envase em casas de mel, entre outros processos.

Para o presente estudo, a análise se dará sobre os abates inspecionados pelo SIM a partir de dados fornecidos pelo IBGE, no período compreendido entre 2009 e 2013.

#Bovinos #Suinos #Frangos

12.000.000

10.000.000

8.000.000

4.000.000

2.000.000

2009

2010

2011

2012

2013

Gráfico 1 – Evolução do número de animais abatidos inspecionados no SIM – 2009 a 2013.

Fonte: IBGE.

2.1. Inspeção municipal

Os dados da "Pesquisa Trimestral de Abates" divulgada pelo IBGE trazem o número de bovinos, suínos e aves abatidos e inspecionados pelos serviços federal, estadual e

municipal e, partir dos dados que contemplam o período de 2009 a 2013, este artigo demonstrará o avanço da participação dos Municípios no serviço de inspeção.

O abate de bovinos inspecionados pelos Municípios nos últimos anos (2009-2013) atingiu 2,3 milhões de cabeças, o que representou um aumento de 20%. No período, os abates inspecionados pelos serviços estaduais tiveram um aumento de 35%.

O aumento nas inspeções municipais foi puxado pelos Municípios do Rio Grande do Sul, que chegaram a 182,6 mil animais em 2013, um aumento de 136%.

Tabela 1 – Quantidade de bovinos abatidos (cabeças) por tipo de inspeção – 2009 a 2013.

Tipo de Inspeção	2009	2010	2011	2012	2013
Municipal	1.932.474	2.013.294	2.341.747	2.374.165	2.313.360
Estadual	4.310.817	5.091.685	4.805.895	5.414.878	5.814.073
Federal	21.819.397	22.173.116	21.676.302	23.329.697	26.284.637

Fonte: IBGE.

A inspeção municipal do abate de suínos aumentou 27%, influenciado pelo aumento da participação da inspeção municipal no Estado de São Paulo. Vale destacar que o último ano (2013) teve uma queda no número de abates de suínos que pode ser justificada pela redução no número de respostas à pesquisa.

O serviço estadual teve um aumento de 42% no número de animais abatidos, o federal ampliou em 15%.

Tabela 2 – Quantidade de suínos abatidos (cabeças) por tipo de inspeção – 2009 a 2013.

Tipo de Inspeção	2009	2010	2011	2012	2013
Municipal	657.470	712.317	893.284	869.674	833.677
Estadual	2.480.212	2.601.940	3.040.455	2.996.783	3.521.912
Federal	27.795.148	29.196.312	30.939.415	32.139.340	31.930.509

Fonte: IBGE.

O abate de frangos teve o melhor desempenho no período, com um aumento de 52%, chegando a 8,7 milhões de animais abatidos, desempenho justificado pelo aumento das inspeções nos Municípios de Alagoas e Minas Gerais, sendo que foram informados abates municipais em apenas cinco estados.

Tabela 3 – Quantidade de frangos abatidos (cabeças) por tipo de inspeção – 2009 a 2013.

Tipo de Inspeção	2009	2010	2011	2012	2013
Municipal	5.736.549	6.857.455	9.868.128	10.385.115	8.742.952
Estadual	220.778.302	233.678.395	257.832.543	294.555.223	284.918.554
Federal	4.547.126.255	4.747.784.891	5.020.001.895	4.938.638.272	5.100.092.927

Fonte: IBGE.

2.2. Efetivo dos rebanhos

Neste tópico, faz-se importante destacar que a quantidade de animais abatidos acompanhou o crescimento do rebanho em todo o território nacional. O fator que contribuiu para esse desenvolvimento proporcional foi a organização da cadeia produtiva e uma maior qualificação do produtor rural, que passou a ter uma produção rural voltada para o mercado e não apenas no consumo próprio.

Durante o período de 2009 a 2013, o rebanho de bovinos apresentou um aumento de 3%, com destaque para os Municípios do Pará, Minas Gerais e Mato Grosso. Já os rebanhos de frangos nos Municípios tiveram um aumento na criação de 2%. Esse aumento foi mais forte no Paraná e Minas Gerais.

Quanto aos suínos, com o aumento da demanda e do crescimento no número de abates, houve uma redução do rebanho o que demostra um aumento da produção comercial, com profissionalização dos pequenos e médios produtores.

Tabela 4 – Efetivo dos rebanhos (cabeças).

Tipo de Rebanho	2009	2010	2011	2012	2013
Bovino – total	205.307.954	209.541.109	212.815.311	211.279.082	211.764.292
Suíno – total	38.045.454	38.956.758	39.307.336	38.795.902	36.743.593
Galináceos – total	1.230.086.672	1.238.912.537	1.268.209.405	1.245.269.485	1.248.785.538

Fonte: IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo federal, através do Programa de Aquisições de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), passou a ser o maior comprador da agricultura familiar. Entretanto, esses programas não promovem a estruturação dos pequenos produtores, que necessitam da adequação de seu produto à legislação sanitária vigente, ou seja, necessitam da certificação do SIM.

Ao longo deste artigo, foi evidenciado o quanto o número de abates inspecionados pelos Municípios se expandiu nos últimos anos – muitas vezes superior ao percentual do SUASA, que foi implantado em 2006 –, contribuindo com a difusão da certificação de qualidade e da formalidade da produção.

Diante do potencial de expansão das inspeções a partir da capacidade produtiva e da demanda existente, a CNM estimula que os Municípios organizem seus sistemas sobretudo porque a realização desse serviço influencia positivamente nas arrecadações municipais do ICMS e, por outro lado, um maior número de inspeções impulsiona o desenvolvimento econômico dos agricultores e principalmente dos pequenos produtores, uma vez que certifica a origem e a qualidade sanitária de seus produtos.

Por fim, a Confederação ainda alerta que o SIM não deve se confundir com a vigilância sanitária municipal, a qual é vinculada à secretaria de saúde municipal. O SIM é um serviço vinculado à secretaria ou ao departamento de agricultura, conforme prescreve a Lei 1.283/1950.

Com o objetivo de ampliar a capacitação dos gestores, a CNM ainda reúne diversas informações em seu Portal – www.cnm.org.br – e na seção "Perguntas e Respostas", elaborado pela área técnica de agricultura: www.cnm.org.br/areastecnicas/perguntaserespostas/agricultura-e-pecuaria.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sôbre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. *Diário Oficial da União*, Ministério da Agricultura, Brasília, DF, 19 dez. 1950. Disponível em: «http://www.planalto.gov.br/ccivll_03/LEIS/L1283.htm». Acesso em: 29 abr. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Áreas técnicas – Agricultura e pecuária – Perguntas e respostas. Brasília, 2015. Disponível em: «http://www.cnm.org.br/areastecnicas/perguntaserespostas/agricultura-e-pecuaria». Acesso em: 29 abr. 2015.